

Agricultura familiar e não familiar na Microrregião de Canarana/MT: *quo vadis?*

Murilo Didonet de Moraes¹
Antonio Lázaro Sant'Ana²
Luciana Carvalho de Oliveira³
Douglas de Araujo Gonzaga⁴
Elisandra Alves Silva⁵

RESUMO

O Estado de Mato Grosso é caracterizado por ser o maior produtor de soja, algodão, carne bovina e girassol do país, porém para alcançar este *status* foi necessário a adoção de uma agricultura baseada na concentração de terras e em extensas áreas de monocultura. Este trabalho objetivou caracterizar os estabelecimentos agropecuários da Microrregião de Canarana-MT, por meio de análises comparativas entre a agricultura familiar e a não familiar, com o intuito de avaliar a importância dos estabelecimentos familiares dentro deste contexto. Esta pesquisa possui caráter descritivo, sendo que os dados acerca dos estabelecimentos agropecuários da Microrregião de Canarana-MT foram levantados com base no Censo Agropecuário de 2006. Os resultados obtidos demonstraram que a agricultura familiar possui 68,73% do total de estabelecimentos agropecuários, no entanto ocupa apenas 7,37% da área total, comprovando assim uma distribuição desigual de terras. Com relação à mão de obra, nota-se que a agricultura familiar foi capaz de reter um maior número de ocupações (54%) que a agricultura não familiar (46%), auxiliando na diminuição do êxodo rural. Destaca-se ainda que a agricultura familiar possui o maior número de suínos (20.631 cabeças), galinhas (142.503 cabeças), ovos (1.010.338 dúzias) e a maior produção de leite (17.239.122 litros), o que corrobora uma característica intrínseca desta classe de agricultores: o fornecimento da maioria dos alimentos básicos que chegam à mesa da população. Dessa forma, conclui-se que a distribuição desigual da propriedade fundiária ainda persiste na Microrregião, sendo necessária a promoção de políticas públicas com estratégias voltadas para a geração de renda e meios que possibilitem uma maior intensificação das atividades produtivas.

Palavras-Chave: estrutura agrária, produção agropecuária, Microrregião de Canarana/MT

¹ Engenheiro Agrônomo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista - Unesp, Campus de Ilha Solteira - SP. E-mail: murilonx@hotmail.com.

² Professor Doutor em Sociologia do Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio-Economia da Universidade Estadual Paulista - Unesp, Campus de Ilha Solteira - SP. E-mail: lazaro@agr.feis.unesp.br

³ Engenheira Florestal, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista - Unesp, Campus de Ilha Solteira - SP. E-mail: luci.ca@hotmail.com.

⁴ Engenheiro Agrônomo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista - Unesp, Campus de Ilha Solteira - SP. E-mail: dougsgonzaga@gmail.com.

⁵ Engenheira Agrônoma pela Universidade Estadual Paulista - Unesp, Campus de Ilha Solteira - SP. E-mail: elisandraagro@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

O Estado de Mato Grosso é conhecido por sua grande dimensão (possui 906.806 km², que corresponde a 10,61% da área total do país), pois sua área é maior que os países da França e Alemanha, que juntos somam 904.049 km² (IMEA, 2010). Entretanto, a grandeza do Estado não se traduz apenas no seu tamanho, hoje Mato Grosso detém o maior rebanho bovino do país e é o maior produtor de soja, algodão, carne bovina e girassol do país, exportando mais de 8 bilhões de dólares anuais para os mercados da Europa, Ásia e Estados Unidos (MDIC, 2010).

Com base nos dados apresentados acima, fica claro o fato de Mato Grosso ter deixado para trás a alcunha de fronteira agrícola em expansão e assumido um papel de destaque dentro do cenário agrícola brasileiro. Todo esse crescimento só foi possível graças às políticas implementadas pelo governo federal, no sentido de fixar grandes contingentes migratórios nas áreas disponíveis, estabelecendo um "modelo ordenado" de ocupação espacial (FERREIRA, 2001).

Segundo Carpentieri (2008), desde a década de quarenta, já se podia notar a inclinação do Estado em produzir alimentos e absorver mão-de-obra, principalmente após a criação de colônias agrícolas para atender a pressão da demanda de pequenos e médios agricultores. A partir da década de sessenta, as modificações político-administrativas relacionadas com a agricultura brasileira iriam transformar as perspectivas do Estado.

Ferreira (2001) afirma que, durante esse período, o esgotamento de terras e a tendência da agricultura no Centro-Sul para a utilização de uma tecnologia moderna, poupadora de mão-de-obra, forçaram um deslocamento enorme de agricultores para espaços disponíveis nas novas áreas do Estado. O incremento desta ocupação aliado ao desenvolvimento de tecnologias (como a correção dos solos ácidos e com alto teor de alumínio por meio do processo de calagem) que permitiram a implementação da agricultura no cerrado, consolidaram a função de Mato Grosso como Estado eminentemente agrícola.

O processo de ocupação territorial do Estado assim como da Microrregião de Canarana foi efetivado a partir da incitação à colonização privada e à exploração de terras devolutas em bases empresariais. A exploração de grandes reservas de terras públicas atraiu agricultores com larga experiência agrícola, relativamente capitalizados

e habituados à "agricultura moderna" (FERREIRA, 2001). De acordo com Cunha et al. (2004), esse agricultores são oriundos, principalmente, dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Na Microrregião de Canarana, o perfil da população consta, além dos já mencionados, significativa participação de agricultores do Estado de Goiás.

Os incentivos à agricultura por parte do Governo Federal, cuja base se pautava na oferta de crédito sem correção monetária, promoviam facilidades à iniciativa privada. Tal política deu origem a um novo padrão de ocupação, pois no mesmo espaço econômico deu-se o estabelecimento de grandes empresas agropecuárias em detrimento às pequenas e médias propriedades (CARPENTIERI, 2008; FERREIRA, 2001).

Ao observar o modo seletivo que as áreas foram ocupadas em Mato Grosso, tanto em função das políticas públicas que incentivaram a vinda de grandes empresas agrícolas, quanto pelos migrantes que para lá foram como pequenos proprietários nos projetos de colonização, nota-se uma tendência que está presente na agricultura brasileira como um todo: a concentração de terras. São vários os trabalhos que apontam para a "magnitude esplêndida" do agronegócio mato-grossense, porém a que preço? Notícias de conflitos rurais envolvendo grandes latifundiários, assentados e indígenas são frequentes nos jornais do Estado. Ferreira (2001, p. 46) também faz uma crítica ao modelo de divisão de terras do Estado ao afirmar que "(...) a par de bons resultados, também ocorreram problemas, notadamente com famílias que carregam a pecha de 'sem-terras', graças a falta de definição de uma política agrária por parte do governo federal".

De acordo como Buainain e Souza Filho (1998), a agricultura familiar sempre enfrentou um quadro macroeconômico adverso, devido a presença de uma política agrícola favorável aos produtores patronais. Por outro lado, apesar das dificuldades impostas, as estratégias construídas pela agricultura familiar têm garantido a superação de muitos desafios colocados a esse segmento social. As estatísticas oficiais apontam um panorama que comprova essa capacidade de superação.

Com base nos dados do Censo Agropecuário de 1996, Sabourin (2007) faz uma crítica à falsa visão construída em torno do agronegócio, que é superavaliado, e afirma que a agricultura familiar tem sua real contribuição econômica oculta, pois esta possui uma produção bem maior do que a agricultura patronal por hectare cultivado e ocupa bem mais mão-de-obra.

Segundo França et al. (2009) o Censo Agropecuário de 2006 é uma importante ferramenta para a identificação e caracterização de um setor social, cuja importância

econômica e social é objeto de um crescente reconhecimento por parte do Estado. Esses dados contribuem ainda para a construção de novas políticas públicas e condução das já existentes, para que estas sejam mais assertivas e contribuam efetivamente para o desenvolvimento nacional.

A Microrregião de Canarana, na qual está focado o presente estudo, está localizada na região Nordeste do Estado de Mato Grosso. A Microrregião possui uma estrutura fundiária onde predomina as médias e grandes propriedades em detrimento dos estabelecimentos familiares, situados em verdadeiras "ilhas isoladas". Esta característica intrínseca à região, emana ainda mais a necessidade de uma caracterização desses agricultores familiares, detectando suas principais dificuldades e potencialidades, possibilitando assim a viabilização de novas estratégias de desenvolvimento rural e local.

Diante do exposto, este trabalho visa caracterizar os estabelecimentos agropecuários da Microrregião de Canarana-MT e, por meio de análises comparativas com a agricultura não familiar, verificar a importância dos estabelecimentos familiares para a Microrregião.

METODOLOGIA

A Microrregião de Canarana (Figura 1) está localizada na Mesorregião Nordeste, sua área abrange 3.703.363 hectares, distribuída entre oito municípios: Nova Xavantina, Água Boa, Campinápolis, Novo São Joaquim, Santo Antônio do Leste, Nova Nazaré, Canarana e Querência.

A Microrregião apresenta um relevo constituído da Depressão Araguaia e da Serra do Roncador e faz parte da Bacia Hidrográfica do Araguaia. A parte sul da Microrregião possui cerrados com características adequadas para o cultivo de culturas perenes, onde há o predomínio da pecuária intensiva, com sistema de cria, recria e corte. A porção norte é caracterizada por ser um região de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, sendo a agricultura altamente tecnificada desenvolvida em extensas áreas a principal atividade econômica (FERREIRA, 2001; IMEA, 2010).

Figura 1: Estado do Mato Grosso, com destaque da Microrregião de Canarana.



Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN/MT

A pesquisa possui caráter descritivo, sendo que as características dos estabelecimentos agropecuários da Microrregião de Canarana-MT foram levantados com base no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006). É importante ressaltar que a definição de agricultura familiar utilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) abrange um conjunto plural de produtores que inclui tanto agricultores com pequena inserção no mercado, como outros fortemente inseridos em cadeias agroindustriais, produtores assentados da reforma agrária, comunidades rurais tradicionais - extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, entre outras. Para ser mais específico, segue os critérios da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326, de 24 de julho de 2006), a qual, segundo Brasil (2006), o estabelecimento familiar é definido a partir da presença das seguintes características:

- área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais;
- mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família;
- a renda familiar é predominantemente originada das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento;

- e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família (BRASIL, 2006, p. 1).

A delimitação da agricultura familiar adotada pelo IBGE durante a realização do Censo Agropecuário de 2006 foi efetivada por meio do método de exclusão sucessiva e complementar, de modo que o estabelecimento para ser classificado como tal precisava estar de acordo, simultaneamente, com todas as condições estabelecidas na lei apresentada acima. Os estabelecimentos não-familiares incluem todos aqueles que não se enquadram na classificação de estabelecimento familiar.

Primeiramente, por meio do sistema SIDRA (Sistema de Recuperação Automática) do IBGE, foram selecionados os dados da Microrregião de Canarana-MT. Vale ressaltar que todos estes dados tem como base o Censo Agropecuário de 2006. Em seguida, foi feita uma seleção de informações em função dos tipos de estabelecimentos agropecuários (estabelecimentos familiares e não familiares). A partir dessas informações, os dados foram organizados na forma de tabelas e gráficos para melhor visualização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2006), na Microrregião de Canarana, a agricultura familiar abrange 3.897 estabelecimentos agropecuários, representando 68,73% do total, porém, a área ocupada pelo segmento corresponde a 272.834 hectares, isto é, 7,37% da área total ocupada com estabelecimentos agropecuários. Por outro lado, a agricultura não familiar (1.773 estabelecimentos), que representa 31,27% dos estabelecimentos agropecuários da Microrregião, ocupa incríveis 3.430.529 hectares, o que representa 92,63% da área total. Os dados apresentados servem para comprovar a má distribuição da propriedade da terra na Microrregião. Esta característica é tão marcante que por meio de um cálculo simples, verificar-se-á que só a área ocupada pela agricultura não familiar da Microrregião de Canarana corresponde a cerca de 1% do total da área dos estabelecimentos agropecuários do Brasil.

Silva et al. (2011) ao analisar a Microrregião de Andradina-SP também verificou a má distribuição de terras, sendo que a agricultura familiar ocupava uma área que correspondia a 18,12% da área total, enquanto a agricultura não familiar ocupava cerca de 81,88% da área total daquela Microrregião.

O trabalho de Bernardes (2012) vem apresentar que o problema de concentração de terras na região não é uma característica atual. Com base nos dados do Censo Agropecuário de 1996, o autor observou que 52,58% dos estabelecimentos agropecuários da Microrregião de Canarana apresentavam grandes áreas (estrato superior a 5.000 hectares), sendo que destes 33,15% situava-se no estrato superior a 10.000 ha, com destaque para o município de Querência.

Segundo Buainain et al. (2007), a concentração da propriedade da terra é um característica marcante da estrutura fundiária de todo o Brasil. A melhor distribuição das terras é vista como um dos condicionante mais fortes para o desenvolvimento da agricultura familiar. A descrição do autor ao comparar os agricultores familiares a "ilhas" em meio às médias e grandes propriedades condiz perfeitamente com a realidade deste segmento na Microrregião de Canarana. Este fato tem causado grandes transtornos dentro dos assentamentos, tendo em vista que estes acabam tentando reproduzir o modelo de agricultura utilizada pelos seus "vizinhos", resultando em insucessos e endividamentos. Com o decorrer do tempo, parte das famílias, acaba arrendando as áreas para os grandes latifundiários e se tornam reféns do agronegócio.

Na visão de Guanzioli et al. (2001), o fato do segmento da agricultura familiar estar subsistindo "dentro e nas franjas do latifúndio" foi por insuficiência e/ou ausência de políticas públicas voltadas para apoiar, consolidar e expandir este segmento social, especialmente programas de reforma agrária, crédito, pesquisa e assistência técnica. O autor ainda afirma que os países que hoje ostentam os melhores índices de desenvolvimento humano apresentam um traço em comum: a forte presença da agricultura familiar que serviu como força motriz para a estruturação de economias mais dinâmicas e de sociedades mais democráticas e equitativas.

Buainain et al. (2003) ao comentar sobre a estrutura fundiária agrícola do Brasil, adverte que o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar passa pela necessidade de concentração geográfica de agricultores familiares (situação oposta a existente na Microrregião), com o intuito de desencadear um conjunto de iniciativas que irão reforçar o desenvolvimento das formas associativas e garantir a disponibilidade de serviços essenciais para a inserção sustentável dos familiares nos mercados locais e na economia como um todo.

No que tange à utilização das terras, observa-se por meio das Tabelas 1 e 2, a predominância de áreas ocupadas com pastagens em virtude da forte presença da bovinocultura na região. De acordo com os dados, as pastagens abrangem 65,81% da

área total ocupada por estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares, já no caso da agricultura não familiar, as pastagens representam 46,25% da área total dos estabelecimentos.

Tabela 1: Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos por utilização das terras e agricultura familiar (Microrregião de Canarana/MT).

Utilização das terras	Estab. Unidades	Estab. (%)	Área (%)
Lavouras - permanentes	268	4,73	0,41
Lavouras - temporárias	1.014	17,88	6,38
Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	1.095	19,31	0,27
Pastagens - naturais	743	13,10	7,19
Pastagens - plantadas degradadas	805	14,20	9,23
Pastagens - plantadas em boas condições	3.054	53,86	49,39
Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	2.405	42,42	16,69
Matas e/ou florestas - naturais (exceto área de preservação permanente e sistemas agroflorestais)	886	15,63	6,11
Matas e/ou florestas - florestas plantadas	21	0,37	0,14
Sistemas agroflorestais	109	1,92	0,95
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	165	2,91	0,14

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

Tabela 2: Número de estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos por utilização das terras e agricultura não familiar (Microrregião de Canarana/MT).

Utilização das terras	Estab. (Unidades)	Estab. (%)	Área (%)
Lavouras - permanentes	97	1,71	0,65
Lavouras - temporárias	543	9,58	13,39
Lavouras - área plantada com forrageiras para	608	10,72	0,55
Pastagens - naturais	433	7,64	6,81
Pastagens - plantadas degradadas	384	6,77	4,54
Pastagens - plantadas em boas condições	1.409	24,85	34,90
Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	1.477	26,05	30,44
Matas e/ou florestas - naturais (exceto área de preservação permanente e sistemas agroflorestais)	315	5,56	5,39
Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	12	0,21	0,06
Sistemas agroflorestais	75	1,32	0,66
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	196	3,46	0,16

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

Segundo Britto (2012), a opção pelo modelo de ocupação pautado na ocupação dos "vazios demográficos", com vistas a abertura de novas áreas e incentivos aos projetos agropecuários (derrubada da mata, plantio de arroz seguido da implantação de gramíneas, principalmente o capim jaraguá), fizeram da Microrregião de Canarana um local tradicionalmente pecuarista.

Ainda em relação às áreas ocupadas com pastagens, verifica-se que as pastagens plantadas e em boas condições prevalecem, mas há também áreas significativas com pastagens degradadas. Dentre os agricultores familiares, estas áreas com pastagens degradadas somam cerca de 25 mil hectares (9,23% do total) e ultrapassam os 155,8 mil hectares (4,54% do total), dentre os agricultores não familiares. Ao analisar os dados, nota-se que apesar do percentual das áreas ocupadas com pastagens degradadas ser maior na agricultura familiar, quando levamos em consideração a área efetiva em hectares, observa-se que a quantidade de hectares degradados de pastagem da agricultura não familiar supera em mais de 80% a da agricultura familiar. Deve-se considerar também que parte dos atuais assentamentos foi implantada em áreas improdutivas, com pastagens degradadas.

Embora haja predominância das pastagens em termos de área, observa-se a importância da exploração vegetal ao se analisar a área dos estabelecimentos que dispõem de áreas destinadas a lavouras, especialmente as temporárias. No caso da agricultura familiar (Tabela 1) foram constatadas a presença de lavouras temporárias em 17.381 hectares (6,38% do total), enquanto nos estabelecimentos agropecuários não familiares a área destinada corresponde a 459.164 hectares (13,30% do total) (Tabela 2). Observando estes dados, nota-se a predominância expressiva da área ocupada com lavoura temporária nos estabelecimentos agropecuários não familiares em detrimento aos familiares.

Bernardes (2012) ao argumentar a respeito do crescimento das lavouras temporárias na Microrregião de Canarana, caracterizando-a como uma "fronteira em mutação", nos fornece um conjunto de ferramentas importantes que nos auxiliam a observar esta questão sob uma ótica diferente. Segundo o autor, apesar da região possuir raízes arraigadas à pecuária tradicional desde o início das atividades agrícolas, a partir da pavimentação da BR-158 (somente na Microrregião de Canarana) houve uma mudança de postura enquanto forma de produzir, acarretando em novas organizações e

relações sociais. As ações no cenário da microrregião Canarana, aparentemente sem conflitos, por meio da colonização privada, produziram a "sociedade da soja".

Contudo, ao mesmo tempo em que o processo de modernização das cidades se concretizava na região, outras mazelas - principalmente de cunho social - foram surgindo. Bernardes (2012) nos dá uma noção interessante a respeito das consequências deste processo ao afirmar que:

A expansão do capital nessa região, trazendo em seu bojo mecanismos e instrumentos indutores da desigualdade, ratificado pelas políticas públicas, criou uma modernidade radicalizada, reestruturou territórios e alimentou diferenciações em suas periferias internas, gerando impactos imediatos na sua organização, que se expressam em termos de divisão, especialização, fragmentação e exclusão, preservando e cristalizando relações de dependência, aprofundando a ambivalência característica do capitalismo no país, com vistas ao fortalecimento da acumulação (BERNARDES, 2012, p. 12).

Dessa forma, nota-se que essa maior área cultivada com lavouras temporárias nos estabelecimentos não familiares, trouxe um crescimento econômico para a Microrregião de Canarana, porém este veio acompanhado de um processo de exclusão social e concentração de renda que em nada se assemelha ao desenvolvimento, supostamente, pretendido pelos órgãos oficiais.

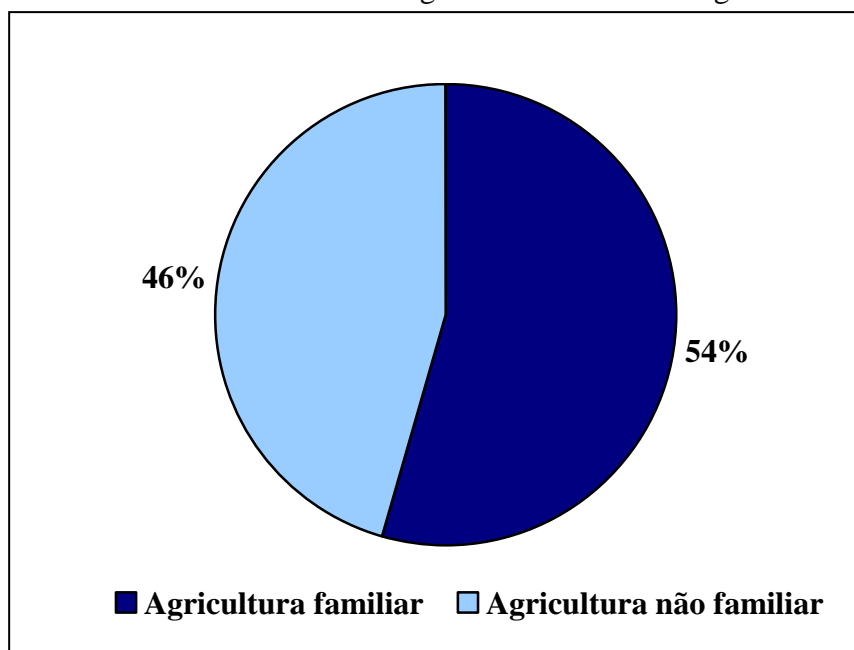
A análise dos números relacionados às áreas de preservação ambiental dos estabelecimentos agropecuários da Microrregião permitiu verificar as porcentagens referentes às áreas de preservação permanente e reserva legal, em ambas as situações (agricultura familiar e agricultura não familiar), nota-se que a porcentagem relacionada à área dos estabelecimentos familiares está bem aquém dos não familiares, respectivamente 16,69% e 30,44%. A causa desta discrepância se deve, na maioria dos casos, ao fato do questionário do Censo Agropecuário ser respondido individualmente e o assentado não associar a área de reserva legal coletiva como que lhe pertence (ressalta-se que os lotes dos projetos de reforma agrária agrupam as áreas de reserva legal de maneira coletiva). Sendo assim, a área possivelmente até existe, mas como não é mencionada, não entra para as estatísticas oficiais.

No que se refere ao pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários na Microrregião de Canarana, observa-se que a agricultura familiar é responsável por 54% do pessoal ocupado, já a agricultura não familiar possui 46% do total de pessoas ocupadas (Figura 2). A participação da agricultura familiar na Microrregião é menor do que a média nacional, tendo em vista que na média nacional a agricultura familiar foi

capaz de reter um maior número de ocupações (74% ou 12,3 milhões de pessoas ocupadas) que a agricultura não familiar (25,6% ou 4,2 milhões de pessoas ocupadas) (MDA, 2009).

Segundo Guilhoto et al. (2007), a agricultura familiar tem um papel social inquestionável, pois é sempre lembrada por sua importância na absorção de emprego, caracterizando-a como um fator redutor do êxodo rural. Wanderley (2000) destaca também o dinamismo social e cultural das regiões onde predomina a agricultura familiar. Segundo a autora, a agricultura familiar (caracterizada pelo povoamento do campo e animação da vida social) opõe-se à percepção de um meio rural sem agricultores e aos vazios humanos das regiões em que predomina as grandes explorações, baseadas em extensos monocultivos mecanizados e que depreda o meio rural.

Figura 2: Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12/2006, com 14 anos e mais - Agricultura Familiar e Agricultura não familiar.

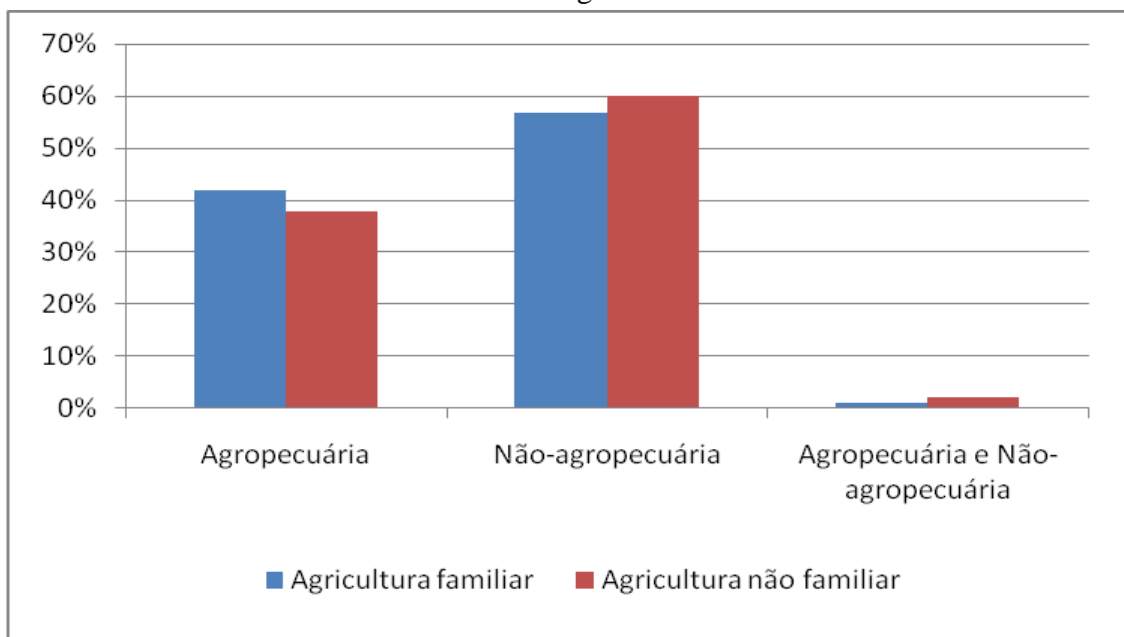


Fonte: Censo Agropecuário 2006, (IBGE, 2006).

Na Microrregião de Canarana, cerca de 65% dos produtores familiares declararam que desenvolvem suas atividades econômicas unicamente nos respectivos estabelecimentos agropecuários (Figura 3). Dentre os produtores que desempenham atividades externas aos estabelecimentos, tem-se que maioria (56,86%) realiza trabalhos não ligados à agropecuária, seguido de um percentual significativo que está vinculado

às atividades agropecuárias (42,02%). Em relação à agricultura não familiar, aproximadamente 58,77% dos produtores declararam possuir atividade econômica fora dos estabelecimentos agropecuários e, neste caso, 59,92% desempenham atividades não agropecuárias e 37,89% exercem atividades agropecuárias (Figura 3). Diante destes dados, observa-se que os agricultores familiares apresentam uma maior porcentagem de produtores que focam suas atividades econômicas exclusivamente nos estabelecimentos. Já o fato de ambos segmentos sociais desenvolverem atividades externas aos estabelecimentos, em sua maioria não ligadas à agropecuária, se deve ao fato da instalação de frigoríficos na região, os quais foram responsáveis pela absorção de um grande número de trabalhadores.

Figura 3: Tipo de atividades nos casos em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento no ano - Microrregião de Canarana-MT.



Fonte: Censo Agropecuário 2006, (IBGE, 2006).

A combinação de trabalho agrícola e não agrícola é apontada por Carneiro (2007) como um fenômeno socioeconômico associado às dinâmicas recentes do meio rural, identificadas por alguns estudiosos como "novo rural". Essas dinâmicas se devem, basicamente, a dois fenômenos: o aumento das atividades não-agrícolas e a crise de reprodução da agricultura familiar. Como os resultados aqui apresentados se referem basicamente ao primeiro fenômeno, cabe discuti-lo mais detidamente.

Segundo Carneiro (2007), essa característica de aumento dos empregos não agrícolas é conceituada como pluriatividade, sendo que o debate sobre o seu significado assume duas vertentes: uma enfatiza a pluriatividade como a combinação da atividade agrícola com atividades não-agrícolas por uma mesma unidade familiar, devido a um "transbordamento do urbano sobre o rural"; a outra vertente conceitua a pluriatividade como uma dinâmica de reprodução social das famílias agrícolas, servindo mais como um sustentáculo de manutenção das famílias do que uma evidência do colapso da forma familiar de produção agrícola.

Para Schneider (2001, p.4) a segunda vertente, citada por Carneiro, é a que mais se aproxima da realidade, pois com a utilização deste artifício "as unidades familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas para se afirmar como uma forma social de organização do trabalho e da produção de características multivariadas".

No que se refere à criação de animais e produção de leite (Tabelas 3,4 e 5), nota-se que a agricultura familiar possui a maior produção de leite (17.239.122 litros) e o maior número de galinhas (142.503 cabeças), ovos (1.010.338 dúzias) e suínos (20.631 cabeças), com um valor de produção de 6.946.070 reais (leite), 2.406.628 reais (galinhas e ovos) e de 2.082.433 reais (suínos). Por outro lado, a agricultura não familiar apresenta uma produção menor em relação à agricultura familiar, no caso do leite (9.468.264 litros), galinhas (90.307 cabeças), ovos (543.660 dúzias) e suínos (14.164 cabeças), o que resulta também em um menor valor de produção: 3.626.663 reais (leite), 21.013.711 reais (galinhas e ovos) e 1.436.271 reais (suínos). Comparando-se os dados, é possível corroborar uma característica intrínseca dos agricultores familiares: o papel significativo no fornecimento da maioria dos alimentos básicos que chegam à mesa da população (no caso desta região aqueles derivados da produção animal).

Quando vislumbramos os dados da agricultura familiar dentro da esfera nacional, o panorama se assemelha ao apresentado para a Microrregião de Canarana. Segundo os dados apresentados pelo MDA (2009), a agricultura familiar contribui de forma significativa para fornecimento de alimentos básicos para a população brasileira, destacando-se a mandioca, o feijão e o milho, que correspondem a 87%, 70% e 46%, respectivamente, da produção total desses itens. No âmbito da produção de derivados de origem animal, embora ocupe uma área menor com pastagens, a agricultura familiar também assume um papel de destaque, produzindo 58%, 50% e 59% do leite, aves e suínos, respectivamente, consumidos no país.

Guilhoto et al. (2007) endossa a conclusão apresentada acima ao afirmar que a agricultura familiar deve sempre ser lembrada por sua importância na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo. Todavia, é importante destacar que a agricultura familiar também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país.

Outro aspecto a ser discutido está relacionado ao fato que, embora a agricultura familiar possua uma maior quantidade de estabelecimentos com bovinos do que a agricultura não familiar (2.780 estabelecimentos e 1.371 estabelecimentos, respectivamente), a primeira possui apenas 15% do número de cabeças que a segunda detém (1.223.339 cabeças e 180.064 cabeças, respectivamente) (Tabela 6). Essa maior intensificação na produção bovina apresentada pela agricultura não familiar foi alcançada por meio da utilização de um sistema intensivo de criação, os chamados confinamentos. Estes estão surgindo com uma velocidade estupenda nas grandes propriedades criadoras de gado, enquanto a agricultura familiar ainda utiliza técnicas rústicas, animais não especializados para a produção de leite ou carne e pastos de baixa qualidade, inviabilizando assim qualquer proposta de competição, em termos de produtividade. Este quadro serve de alerta às entidades competentes, para que estas tomem atitudes e criem políticas públicas, adaptadas à realidade da agricultura familiar, que incentivem e modernizem a pecuária desenvolvida nas pequenas propriedades da Microrregião, melhorando a renda aos agricultores.

Tabela 3: Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite, quantidade produzida e valor da produção de leite por agricultura familiar e não familiar (Microrregião de Canarana/MT).

Tipo de agricultura	Tipo de leite	Estab. (Unidades)	Quantidade produzida (Litros)	Valor produção (Reais)
Agricultura familiar	Leite de vaca	1.278	17.239.122	6.946.070
Agricultura não familiar	Leite de vaca	502	9.468.264	3.626.663

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

Tabela 4: Número de estabelecimentos agropecuários com galinhas, número de cabeças, valor da produção e produção de ovos de galinha por agricultura familiar e não familiar (Microrregião de Canarana/MT).

Tipo de agricultura	Nº de estab. agropecuários com galinhas (Unidade.)	Nº de cab. de galinhas	Quant. produzida de ovos de galinhas nos estabelecimentos agropecuários (Dúzias/ano)	Valor da produção dos ovos de galinhas no ano nos estabelecimentos agropecuários (Reais)
Agricultura familiar	2.364	142.503	1.010.338	2.406.628
Agricultura não familiar	982	90.307	543.660	1.013.711
Total	3.346	232.810	1.553.998	3.420.339

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

Tabela 5: Número de estabelecimentos agropecuários com suínos, número de cabeças, valor da venda de suínos por agricultura familiar e não familiar (Microrregião de Canarana/MT).

Tipo de agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários com suínos (Unidades)	Número de cabeças de suínos (Cabeças)	Valor da venda de suínos (Reais)
Agricultura familiar	1.647	20.631	2.082.433
Agricultura não familiar	718	14.164	1.436.271
Total	2.365	34.795	3.518.704

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

Tabela 6: Número de estabelecimentos agropecuários e número de cabeças de bovinos por agricultura familiar e não familiar (Microrregião de Canarana/MT).

Tipo de agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos (Unidades)	Número de cabeças de bovinos (Cabeças)
Agricultura familiar	2.780	180.064
Agricultura não familiar	1.371	1.223.339
Total	4.151	1.403.403

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discutido neste estudo, nota-se que a concentração da propriedade da terra permanece como uma característica marcante da estrutura fundiária da Microrregião de Canarana, tendo em vista que os estabelecimentos agropecuários familiares representam 68,73% do total e ocupam apenas 7,37% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

Esta característica de má distribuição da terra na Microrregião tem raízes nas políticas públicas de colonização da Microrregião, por meio de ações que incentivavam a implantação de grandes projetos agropecuários engendrados por empresas colonizadoras, via de regra, de capital privado. As consequências destas ações podem ser vistas nos dias atuais, por meio dos conflitos entre os grandes latifundiários e os pequenos agricultores.

Outro aspecto abordado foi com relação ao pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários na Microrregião de Canarana, constatando-se que a agricultura familiar é responsável por 54% do pessoal ocupado. A capacidade da agricultura familiar em ocupar um grande contingente de pessoas, mesmo possuindo uma quantidade de terras inferior a agricultura não familiar é aspecto que justifica o incentivo a este sistema de produção, pois tem um cunho social relevante.

Destaca-se ainda que a agricultura familiar possui o maior número de suínos (20.631 cabeças), galinhas (142.503 cabeças), ovos (1.010.338 dúzias) e a maior produção de leite (17.239.122 litros), o que corrobora o papel importante que esta classe de agricultores tem desempenhado no fornecimento da maioria dos alimentos básicos que chegam à mesa da população (no caso desta Microrregião, destacam-se os produtos de origem animal).

Vários outros dados que caracterizam a agricultura familiar na Microrregião de Canarana-MT foram apresentados, como a predominância de áreas ocupadas com pastagens e o crescimento dos empregos não agrícolas. Este conjunto de dados podem e devem servir como ponto de partida para as entidades públicas responsáveis pela formulação de políticas públicas, no sentido de promoverem estratégias voltadas para a produção e geração de renda, visando manter e fortalecer os meios que possibilitam a melhoria da condição de vida dos agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, J.A. **Fronteiras em mutação nos espaços agrários do Vale do Araguaia mato-grossense**. Núcleo de Estudos Geoambientais - NUCLAMB/ Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. 13p. 2012. Disponível em <www.nuclamb.geografia.ufrj.br/arquivos%5CTrabalho%20Julia.pdf>. Acesso em: 25 julho 2012.

BUAINAIN, A.M.; SABBATO, A.D.; SOUZA, A.C.; GUANZIROLI, C.E.; SOUZA-FILHO, H.M.; SILVEIRA, J.M.F.J.; BATALHA, M.O., SALLES-FILHO, S. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: UNICAMP, 2007. 238p.

BUAINAIN, A.M.; SOUZA FILHO, H.M. **PROCERA: Impactos produtivos e capacidade de pagamento**. Projeto FAO/INCRA - Relatório Final. Brasília, 1998. Disponível em <www.mda/incra/fao.org>. Acesso em: 29 julho 2012.

BUAINAIN, A.M.; ROMEIRO, A.R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n.10, p.312-347, jul./dez., 2003.

BRASIL. **Lei da Agricultura Familiar**. 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 29 julho 2012.

BRITTO, F.G.A. **A questão ambiental na Mesorregião Nordeste de Mato Grosso: desmatamento, agricultura moderna e políticas públicas ambientais**. Núcleo de Estudos Geoambientais - NUCLAMB/ Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. 15p. 2012. Disponível em <www.nuclamb.geografia.ufrj.br/arquivos%5CTrabalho%20Fabio.pdf>. Acesso em: 29 julho 2012.

CARNEIRO, M.J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.165-185.

CARPENTIERI, A. **O portal do Roncador: epopéia da marcha para o oeste.** Nova Xavantina: Tipoalfa, 2008. 283p.

CUNHA, J.M.P.; ALMEIDA, G.M.R.; RAQUEL, F.; CARVALHO, P. **Diagnósticos regionais do Estado do Mato Grosso.** Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2004. 225p.

FERREIRA, J.C.V. **Mato Grosso e Seus Municípios.** Cuiabá: Buriti, 2001. 659p.

FRANÇA, C.G.; GROSSI, M.E.D.; MARQUES, V.P.M.A. **O censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** Brasília: MDA, 2009. 96p.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A.M.; SABBATO, A.D.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.

GUILHOTO, J.J.M.; ICHIHARA, S.M.; SILVEIRA, F.G.; DINIZ, B.P.C.; AZZONI, C.R.; MOREIRA, G.R.C. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35, Recife, 2007. **Anais...** Recife: Associação Nacional dos Centro de Pós-Graduação em Economia, 2007. 19p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006.** 2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 julho 2012.

IMEA, Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária. **Mapa de Microrregiões do IMEA.** 6p. 2010. Disponível em <<http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/justificativamapa.pdf>>. Acesso em: 25 julho 2012.

MDA, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006.** 16p. 2009. Disponível em

<<http://sistemas.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1816/codInterno/22598>>.

Acesso em: 25 julho 2012.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 2010. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 29 julho 2012.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v.22, n.3, p.715-751, set./dez., 2007.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.16, p.164-184, 2001.

SILVA, F.C.; SANT'ANA, A.L.; MAIA, A.H.; KOGA, P.S.; MODENESE, V.S. Agricultura familiar e não familiar na Microrregião de Andradina/SP: o que revelam os dados do Censo Agropecuário 2006? In: CONGRESSO DA SOBER, 49, Belo Horizonte, 2011. **Anais...** Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2011. 17p.

WANDERLEY, M.N.B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2, p. 29-37, jul./dez., 2000.